

DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE-ASSOCIADO OU A FALÁCIA DO DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO AUTODETERMINADO

Ísis Liberato Martins¹

Resumo: A presente comunicação tem o intuito de propor algumas premissas para a análise do conceito de desenvolvimento dependente-associado dentro da obra de Fernando Henrique Cardoso e situá-lo dentro da produção brasileira sobre a dependência. Para tanto consideramos oportuno partir da conclusão do autor em seu livro *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, e também das classificações que os estudos sobre o desenvolvimento levados a cabo na década de 1980 fazem da teoria da dependência, para então apontarmos caminhos possíveis de compreensão e crítica das contribuições dos teóricos brasileiros à crítica das teorias do desenvolvimento.

Palavras-chave: desenvolvimento, dependência, Fernando Henrique Cardoso, América Latina, Brasil.

¹ Bacharela em Letras Português-Italiano, FFLCH-USP

1. Pensar a dependência no Brasil

Não é novidade que uma ampla ideia de dependência foi inúmeras vezes utilizada ao longo da história brasileira para justificar entraves, ora internos ora externos - fosse durante o período colonial, ou posteriormente, durante a república (e, não raro, com amplo consenso). Na década de 1960, entretanto, a ideia de dependência enquanto pressuposto vago da situação brasileira no cenário internacional ganhou contornos mais específicos de análise, sendo em muito enriquecida pela discussão levada a cabo na década anterior pelos intelectuais isebianos e pelas análises sobre o desenvolvimento político e econômico da América Latina, postulados por Raul Prebisch e por Celso Furtado por meio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Diferente, porém, dos estudos conduzidos pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que tinham ênfase em produzir pesquisas sobre o desenvolvimento para embasar decisões ou planejamentos do Estado², e diferentemente ainda do que buscava a CEPAL, isto é, o desenvolvimento tecnológico na periferia para diminuir a deterioração dos meios de troca e intercâmbio desigual com o centro, a dependência como pensada a partir da década de 1960 procurava uma resposta, ao mesmo tempo crítica e particular, aos contratempos enfrentados pela industrialização nos países latino-americanos.

No Brasil, especificamente, o debate a respeito da dependência, que se popularizou com o nome de teoria da dependência, foi, grosso modo, introduzido e fomentado por Fernando Henrique Cardoso, por meio do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) – principalmente devido ao exílio dos outros autores brasileiros no momento de publicação daquela que consideramos a principal obra do autor sobre o tema, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, em conjunto com Enzo Faletto, e publicada em português pela primeira vez em 1970.

A influência do pensamento de Cardoso a respeito do que se viria a produzir no Brasil nas décadas seguintes sobre a teoria da dependência é de tal forma notável que parece ter engendrado uma maneira bastante específica de se conceituar e criticar o conjunto de teses sobre a dependência - de maneira que o próprio Cardoso fosse alçado, a um só tempo, ao papel de pai fundador e de paradigma da “escola” da dependência - sem que se ressalte, na maioria das vezes, que, a despeito de um grupo contemporâneo de autores se referirem ao mesmo termo, eles não partiram do mesmo arcabouço conceitual e não devem, portanto, terem endereçadas as mesmas críticas de modo indistinto³.

2 Conforme o artigo 2º do Decreto nº 37.608 de 14 de julho de 1955, que institui o Instituto, o ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional.

3 Dois bons exemplos disso são o livro *Capitalismo Tardio* de João Manoel Cardoso de Mello e *Teoria da Dependência Revisitada* de Guido Mantega.

Nesse sentido, encaramos como nossa primeira tarefa um esclarecimento prévio a respeito das diversas dependências⁴ antes de adentrarmos as premissas específicas para analisar o conceito de desenvolvimento dependente-associado na obra de Cardoso.

2. Desenvolvimento versus dependência

A contribuição dos teóricos da dependência é muitas vezes estudada dentro do paradigma do desenvolvimento, principalmente entre os estudos estabelecidos nos países centrais.⁵ Apesar de guardarmos inúmeras discordâncias dessa metodologia, nos utilizaremos de alguns aspectos desses estudos sistematizados nas décadas de 80 e 90 para estabelecermos um parâmetro com as formas anteriores de como a teoria da dependência foi estudada e compreendida em outros lugares que não no Brasil já que acreditamos que aqui esses estudos careceram de debate e de complexidade crítica.

2.1 Desenvolvimento em linhas gerais

Dentro da tradição de estudos sobre o desenvolvimento, muitos autores⁶ consideram que a própria noção de desenvolvimento teria surgido com o advento do capitalismo, há dois séculos (LARRAIN, 1989:40). É possível dizer que, para tais autores, o desenvolvimento é uma das ideias mais antigas e potentes da sociedade ocidental e que, ao contrário do que pensavam os homens antigos e medievais, esses pensadores defendem que na compreensão moderna a ideia de desenvolvimento implica que a sociedade está constantemente progredindo (HETTNE, 1986:28-29). Ainda segundo tais autores, seria possível considerar que, tanto o capitalismo quanto o socialismo seguem as premissas do desenvolvimento - apenas se opondo em sentido ideológico: o modelo liberal daria maior ênfase ao mercado, enquanto o modelo soviético privilegiaria a ação a partir do Estado, com o planejamento quinquenal (HETTNE, 1986:32-37).

No esquema proposto por Björn Hettne, por exemplo, à exceção dos contrapesos, isto é, das várias manifestações ideológicas contrárias à modernidade, como o anarquismo, o socialismo utópico e o populismo, todas as outras teorias que envolvam de alguma forma a “doutrina ocidental do desenvolvimento” se enquadram entre os extremos ‘mercado’ e ‘estado’. No entanto, misturar os conceitos de desenvolvimento e de modernização pode

4 No livro *Teoria da Dependência – balanços e perspectivas*, Theotonio dos Santos utiliza uma tabela elaborada por Gunder Frank em 1991 e que traz os autores mais citados da teoria da dependência. Utilizamos alguns desses autores nesta comunicação, como Björn Hettne, Cristóbal Kay e Jorge Larrain. Todos eles consideram a teoria da dependência a partir de um ponto de vista peculiar, mas nunca uniforme.

5 Para uma breve introdução ao tema ver: CARDOSO, F. H. *O consumo da teoria da dependência nos Estados Unidos* In: CARDOSO, F. H. *As ideias e seu lugar*, Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1993.

6 Para fins deste trabalho estamos nos referindo aos autores citados na nota 4.

trazer vários prejuízos, como no caso da conhecida teoria dos estágios econômicos, proposta por Walt W. Rostow⁷.

A despeito de a ampla noção de desenvolvimento como mudança ou modernização social ter existido em muitas sociedades, é preciso lembrar que o conceito de desenvolvimento em si apareceu relativamente tarde, e guardava profunda conexão com a emergência do capitalismo e a crítica à sociedade feudal (LARRAIN, 1989:1). Era ainda mais comum vê-lo, à época, sendo chamado simplesmente de “progresso”. O crucial, neste caso, é compreender a relação entre o desenvolvimento e os processos historicamente determinados, como é o caso da compreensão da própria teoria do desenvolvimento (LARRAIN, 1989:2).

2.2 Desenvolvimento formalizado

A escola do desenvolvimento passou a se formalizar enquanto disciplina durante a década de 1950, quando, após a Segunda Guerra Mundial, emergiram nas colônias os movimentos de libertação nacional. Conforme aponta Theotonio dos Santos, nesse momento, muitas “empresas norte-americanas ou mesmo outros centros capitalistas começaram a investir maciçamente nos países dependentes” (SANTOS, 1991:14). O desenvolvimento econômico capitalista precisou ser esmiuçado e, para tal, os teóricos, impelidos a responder os desafios dos países periféricos, invocaram antecedentes que vão desde a teoria da modernização de Weber e de Durkheim, até a economia política clássica.

No Brasil, durante a década de 1950, os intelectuais isebianos eram os mais entusiasmados com a perspectiva desenvolvimentista, inclusive porque as teses histórico-estruturalistas de Prebisch a respeito da deterioração nos termos de intercâmbio eram amplamente aceitas e o país imaginava superar as fases da substituição de importações em pouco tempo, superando as fases de substituição de bens de consumo não duráveis e duráveis e chegando rapidamente à fase de substituição dos bens de capital. Hoje sabemos que essa euforia não durou muito.

O fracasso da implementação das teorias do desenvolvimento na periferia do capitalismo levou à crença no subdesenvolvimento como uma categoria, o que para alguns autores, como Celso Furtado, poderia ser superado dentro do próprio sistema capitalista, mas para outros, como Andre Gunder Frank, só era possível o desenvolvimento do subdesenvolvimento. A partir deste ponto começaria a se esboçar a questão da dependência como “uma situação condicionante em que o desenvolvimento de alguns países afeta e modifica o funcionamento de outros países ou unidades sócio-econômicas, dentro do desenvolvimen-

7 Para Hettne: “Gli stadi di Rostow derivano fondamentalmente dalla distinzione tra ‘tradizione’ e ‘modernismo’, che è ben nota nella sociologia classica e nell’analisi weberiana dei modelli ideali (...) Non si può negare l’esistenza di versioni più o meno sofisticate di questo paradigma, ma nella sua forma più semplicistica il paradigma della modernizzazione è stato utilizzato come ideologia dello sviluppo, con una semplice razionalizzazione del colonialismo culturale.” In: HETTNE, B. *Le teorie dello sviluppo e il terzo mondo*. ASAL, 1986.

to desigual e combinado do modo de produção capitalista em escala mundial” (SANTOS, 1991, p.28)

2.3 Dependência, conceito síntese

Na década de 1960 o Brasil viu uma queda no crescimento econômico agravada pela polarização política desembocar em um Golpe Militar. Dessa maneira, os intelectuais que então pensavam a dependência⁸ foram exilados e passaram a considerá-la a partir de um ponto de vista que não era mais estritamente nacional, mas cada vez mais adotaram uma perspectiva regional, considerando toda a América Latina. No Chile, onde alguns desses autores ficaram por parte de seu período de exílio, eles se organizaram principalmente em dois grupos: no Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (ILPES) e no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO). Mais do que dois grupos diferentes, eles produziram visões muito distintas da dependência.

A partir de meados da década de 1960, quando se iniciaram os golpes autoritários na América Latina, os intelectuais enfrentaram grande pessimismo com relação ao desenvolvimento no continente. A CEPAL passa então da chave do nacional-desenvolvimentismo, predominante na década anterior, à ênfase ao papel da reforma agrária, da redistribuição de renda, da integração regional e do capital estrangeiro. “O papel do Estado foi repensado, abrindo maior espaço para as decisões privadas e para a internacionalização da economia. Com a finalidade de formular as bases dessa redefinição foi criado, em 1962, o ILPES.”⁹ *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e de Enzo Faletto foi escrito no bojo da atuação de seus autores nesse Instituto.

Já o CESO foi fundado em 1961 e era vinculado à Universidade do Chile. Conforme verbete de Carlos Eduardo Martins na *Enciclopédia Latinoamericana*, o CESO era:

Importante centro de elaboração do pensamento latino-americano nos anos 1960 e 1970, desenvolveu uma forte crítica ao capitalismo dependente e aos fundamentos intelectuais de suas políticas neoliberais ou desenvolvimentistas e reformistas, rivalizando com o ILPES e a CEPAL ao propor a transição ao socialismo como solução

8 Theotonio dos Santos fala um pouco sobre o pensamento sobre a dependência no Brasil em *Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente*: “No Brasil, entre 1961 e 1964, houve uma grande explosão teórica e intelectual. A radicalização do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o surgimento da Universidade de Brasília, os debates organizados na Faculdade de Filosofia de São Paulo e na Faculdade de Economia de Minas Gerais foram os centros principais de atração da elaboração teórica e da investigação.” E prossegue, falando do cenário entre os intelectuais exilados, no Chile: “No Chile, entre 1970-1973, a Escolatina, o Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CESO), o Centro de Estudos da Realidade Nacional (CEREN) foram os principais centros de polarização que recolhiam, de certa forma, a experiência investigadora de centros internacionais aí localizados como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o Instituto Latino-Americano de Planejamento de Estudos Sociais (ILPES), a Faculdade Latino-Americana de Ciências-Sociais (FLACSO) etc.”

9 CEPAL. In: *Enciclopédia Latinoamericana*. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/cepal>. Acessado em 22.09.2020.

para os problemas endêmicos de pobreza e desigualdade da região.¹⁰ (Destques nossos.)

Ao CESO se vincularam os intelectuais da vertente marxista da dependência como Andre Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini, alguns deles fortemente engajados na luta política no Chile, inclusive com duras críticas à ação da Unidade Popular de Salvador Allende, que Marini considerava reformista¹¹.

As diferentes origens da produção do pensamento sobre a dependência reforçam, como considera Jorge Larraín, a importância em se pensar historicamente o desenvolvimento das teorias do desenvolvimento¹². Para além disso, diríamos que só é possível compreender as diferenças e peculiaridades das críticas apresentadas pelas teorias da dependência às teorias da modernização e do desenvolvimento a partir de um ponto no qual essas teorias se projetam para além dos textos, isto é, compreendendo não apenas os paradigmas dentro do qual se inserem, mas o contexto dentro do qual surgiram e, principalmente, os atores que as forjaram.

Muitos autores nos países centrais – como alguns dos que utilizamos aqui – tentaram compreender ou esquematizar as contribuições da América Latina às “teorias do desenvolvimento” e se furtaram a considerar os aspectos políticos que se erguem diante deles, considerando apenas, na maior parte das vezes, o quanto essas “teorias” constituem um artefato lógico, geral e abstrato, o que é importante, mas que nesse caso gerou inúmeras confusões, algumas ingênuas, outras nem tanto.

Para fins desta apresentação, levaremos em consideração apenas dois pontos de diferenciação que se aplicam aos teóricos brasileiros da dependência:

(i) conforme aponta Björn Hettne, em geral os autores possuem mais concordâncias com relação ao paradigma abstrato da dependência do que com relação às análises concretas;

(ii) para Cristóbal Kay, as contribuições da América Latina à “escola do desenvolvimento” se diferenciam exatamente por desenvolver ora uma crítica à análise neoclássica (estruturalismo), ora à teoria da modernização (dependência).

Acreditamos, por ora, que maiores especificações do que essas são superficiais e improdutivas, dado ao fato que consideramos a prática como critério da verdade. Assim, passare-

10 CESO. In: *Enciclopédia Latinoamericana*. Disponível em <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/ceso>. Acessado em 22.09.2020.

11 Para mais sobre a opinião de R. M. Marini sobre a via chilena, ver: MARINI, R. M. *O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile*. Expressão Popular, 2019.

12 “I start from the premise that theories of development do not emerge at random but are closely bound up with the evolution of the capitalist system. This means that one must study theories of development not only as conceptions of such and such an author of such and such an academic tendency, but also as products of a particular period of development of capitalism and its specific character” In: LARRAÍN, J. *Theories of development. Capitalism, colonialism and dependency*. Polity Press, 1989. p. 3.

mos à análise de alguns aspectos da dependência em Fernando Henrique Cardoso, nos atendo ao pano de fundo histórico que permeia seu pensamento e à coerência interna à sua própria produção intelectual.

3. Cardoso: do empresário à dependência

A eleição de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República no Brasil, em 1994, trazia muitas expectativas por parte da esquerda. Seu mandato, entretanto, trouxe muitas aparentes contradições. Não faz parte do nosso escopo esse período, mas partimos de uma questão que surge nesse momento para buscar por respostas. Críticos da política de Cardoso visaram responder às incongruências entre expectativa e realidade dizendo que o político havia renegado o sociólogo¹³. O pressuposto nessa resposta parece ser o de que o sociólogo era, de alguma forma, mais radical do que foi o político. Por isso, propomos buscar por essas referências em suas obras, principalmente aquelas sobre a dependência.

Como dissemos, a ideia de dependência de maneira vaga já existia no Brasil antes que se tentasse propor um método para compreendê-la. Dessa forma, o mais comum era que entre os teóricos do desenvolvimento, até meados da década de 1960, se discutisse também as possibilidades de superação do subdesenvolvimento das mais variadas formas. Assim, não é do fim desse período que Cardoso estava familiarizado com a temática, mas, pelo menos, desde sua tese de livre docência, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Político no Brasil*, apresentada em novembro de 1963, justamente quando havia uma guinada do pensamento nacional-desenvolvimentista da década anterior para uma crítica dos motivos pelos quais esse desenvolvimento autossustentado nunca havia chegado.

A conclusão à qual Cardoso chega é bastante conhecida:

A reconstituição histórico-estrutural da formação da sociedade industrial e a análise do comportamento e das atitudes dos empresários mostraram-me, no decorrer da investigação, os equívocos, da ideologia predominante à esquerda e a inconsistência prática das políticas propostas. Este livro foi um esforço para ressaltar, quando ainda existiam opções nacional-populistas vigorosas, as dificuldades e mesmo impossibilidades de conseguir a transformação da sociedade brasileira, com as aspirações indicadas acima, com base na referida aliança entre empresários nacionais, Estado e massas populares.¹⁴ (Destques nossos.)

13 No prefácio à 5ª edição de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, publicado pela Civilização Brasileira em 2003, Cardoso disse: “Não costumo reler o que escrevi. Tampouco é certo que haja alguma vez repudiado em bloco o que publiquei. Nunca disse, nem penso assim, ‘que é melhor esquecer tudo o que escrevi’. Essa insinuação maldosa (até porque exagerada, com o ‘tudo’) correu mundo mas não é verdadeira.”

14 Prefácio à 2ª edição, In: CARDOSO, F. H. *Empresário Industrial e Desenvolvimento no Brasil*, Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1972.

Outros atores políticos também chegaram à mesma conclusão por outros caminhos. Este é o caso dos autores marxistas da dependência, na época vinculados principalmente à Universidade de Brasília.

O ano de 1964 é um ano de inflexão na análise do pensamento sobre desenvolvimento no Brasil. O golpe militar e a instauração de um regime de exceção trazem inúmeras incertezas para a análise de qual poderia ser o futuro de um país periférico em desenvolvimento com um governo autoritário no poder. Somado às incertezas há também o exílio de grande parte dos intelectuais engajados em responder a esses questionamentos. Fora do Brasil, mas expostos aos golpes autoritários em outros países, esses intelectuais viram-se levados a pensar a América Latina de alguma forma. Esse é o pano de fundo de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de Cardoso e Faletto, esboçado no bojo do ILPES e que teve tradução ao público brasileiro já em 1970.

Se no *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* Cardoso faz uma análise do desenvolvimento econômico nacional colocando centralidade na análise das classes que teriam levado esse desenvolvimento a cabo, no trabalho com Faletto ele não se distancia em muito nem do tema, nem do método que já utilizava, guardadas as devidas proporções¹⁵. Por esse motivo acreditamos que a conclusão de o *Empresário* é o ponto fundamental para compreender *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* como uma continuidade das conclusões anteriores.

A pergunta limite que Cardoso utiliza na sua conclusão em 1963 é: subcapitalismo ou socialismo? A uma leitura despreziosa (ou mesmo enviesada) poderia parecer que a centralidade das classes em sua análise e a conclusão de que a burguesia industrial não trará o desenvolvimento nacional são o suficiente para classificar o trabalho como um panfleto agitativo. Não acreditamos, entretanto, que tal questionamento seja uma palavra de ordem, invocando à ação, mas a própria conclusão do papel contraditório que cumpria a burguesia industrial: sem conseguir afirmar por completo sua hegemonia econômica no plano político, se conformando com a condição de sócia-menor do capitalismo ocidental, ela não poderia ser a classe que levaria o desenvolvimento nacional adiante. A decorrência da análise de Cardoso é que, na impossibilidade de os empresários serem aqueles a levarem adiante a “modernização política e o processo de desenvolvimento nacional”, não há outra classe que nomeadamente o fará, mas sim uma reação das massas urbanas e dos grupos populares, que, por sua vez, levará essa burguesia finalmente a uma “decisão”, pois as possibilidades de manutenção do seu malabarismo político não são ilimitadas (CARDOSO, 1972 [1963]:197).

Dessa maneira, subcapitalismo significa a manutenção da hegemonia econômica sem hegemonia política, num cenário no qual as forças populares não tenham força para

15 O próprio autor, no prefácio à edição brasileira do mesmo livro em 2003, fala que: “As ideias iniciais sobre as quais este ensaio se baseou derivaram da confluência de antigas preocupações, minhas, desde quando escrevi, ao final dos anos cinquenta e início dos sessenta, *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* e, mais tarde, em 1962-63, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, com debates no Ilpes, na Cepal em geral, e nas universidades chilenas”.

pressionar; socialismo, em 1963, significava a impossibilidade de manter os malabarismos de que precisava para continuar sendo sócia-menor do capitalismo. Na análise de Cardoso não parece haver uma opção dentro do capitalismo para a burguesia industrial levar adiante o desenvolvimento que esteja além de sócia-menor. A opção para o desenvolvimento é a economia socialista, planificada. Neste momento já se apresenta o cerne do conceito de desenvolvimento dependente-associado. Na falta de uma classe nacional que leve o desenvolvimento a cabo é necessária uma associação com uma classe exógena que o faça, ainda que de maneira dependente.

Dependência e Desenvolvimento na América Latina não é uma pesquisa sociológica como foi a tese de livre docência, mas um ensaio. Defendemos, porém, que sem perceber as conclusões anteriores implícitas que entram nesta obra como pressupostos não é possível compreendê-la apropriadamente. As diferenças fundamentais entre os dois livros são: (i) o nível de análise que sai do nacional e vai para a América Latina e (ii) a atenção ao novo caráter da dependência, isto é, a internacionalização dos mercados. Os capítulos iniciais, por sua vez, delimitam a análise do desenvolvimento; as situações fundamentais de “expansão para fora” e o desenvolvimento e a mudança social no momento de “transição”, isto é, a passagem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento. Dessa forma é possível perceber como o foco da análise não está na dependência, mas no desenvolvimento. A dependência importa ao passo que ela é um entrave ao desenvolvimento, seja ele como for, por isso é relevante analisar os países latino-americanos comparativamente, para que se possa entender esses entraves e ter subsídios para superá-los.

Em 1968 Cardoso regressa de seu exílio e funda o CEBRAP, em 1969. O centro conhecidamente congregou muitos intelectuais que, como Cardoso, haviam perdido a perspectiva de trabalho intelectual nas universidades dada a repressão que se seguiu à instalação do regime autoritário. Saíram dali muitos dos trabalhos mais importantes para compreender e fomentar a discussão a respeito das décadas de 1970 a 1980 no Brasil. Também foram publicados inúmeros artigos de Cardoso a respeito da dependência ou da teoria da dependência. Alguns desses trabalhos, porém, levavam em consideração um debate que não poderia ser feito apropriadamente já que faltavam os textos referenciados e abundavam as explicações e conclusões a respeito deles. Esse tema já foi muito discutido dentro da historiografia da teoria da dependência no Brasil¹⁶ e essas lacunas parecem estar finalmente sendo preenchidas com as publicações em português das obras de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos.

A influência que exerceu o CEBRAP e suas publicações é algumas vezes superestimada¹⁷ e é necessário dimensioná-la para medir a real responsabilidade que o centro teria tido sobre o alijamento de parcela dos autores da dependência no Brasil. De toda forma,

16 Ver para isso o artigo de Fernando Correa Prado, *História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil*. In: **Comunicação & Política**, v.29, n.2, p. 68-94, 2011.

17 Ver para isso dois artigos de Milton Lahuerta, *Autoritarismo e democratização: revendo as interpretações de Fernando Henrique Cardoso nos anos 1970*. In: **Congresso Internacional da ALAS**, XXVIII, 2011, Recife. e *Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica e marxismo no Brasil*. In: **Cadernos AEL**, v.8, nº 14/15, 2001.

ainda que se assuma que há alguma responsabilidade política ou intelectual, é preciso compreender o momento histórico que tínhamos como pano de fundo além de outros fatores. Nossa sugestão é que se faça isso a partir das próprias obras sobre a dependência e do diálogo que estabelecem entre si e com outros materiais do período.

5. Conclusão: a dependência no Brasil, uma versão

Nossa intenção aqui é fornecer alguns pontos que permitam superar a discussão apressada ou acusatória sobre os autores nacionais da dependência permitindo um novo estabelecimento de premissas para recolocar essas obras em pauta, mas a partir de uma perspectiva mais justa no que diz respeito às críticas cabíveis a cada autor dentro do paradigma que propôs e também considerando a perspectiva política da qual partia.

Neste momento, porém, só foi possível esboçar apontamentos com relação ao conceito de desenvolvimento dependente-associado em Cardoso, que acreditamos, deve ser estudado a partir de toda a sua produção teórica e compreendido, junto com seus desdobramentos, em sua ação política, que não se separa de seus textos, nem mesmo daqueles sobre a dependência. O mesmo deve ser feito com os outros autores, levando em consideração aspectos históricos, econômicos, políticos, sociais e institucionais na produção dos conceitos que se desdobram a partir de suas análises para que se construa uma outra historiografia da dependência. O que não torna nenhum trabalho isento de posicionamentos, mas exige zelo para separar aquilo que pode ser exigido de cada autor no que se refere a sua produção e a sua práxis.

Dessa forma esperamos contribuir para que se pense em uma outra história da dependência no Brasil: que leve em consideração as minúcias da compreensão dos conceitos, mas que não se esqueça que a história é sim um fator crucial para compreender a realidade.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, F. H. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972 [1963].

_____. **As ideias e seu lugar. Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018 [1970].

HETTNE, B. **Le teorie dello sviluppo e il terzo mondo**. ASAL, 1986.

KAY, C. **Latin American Theories of Development and Underdevelopment**. Routledge, 2010.

LARRAIN, J. **Theories of development. Capitalism, colonialism and dependency**. Polity Press, 1989.

SANTOS, T. dos. **Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

_____. **Teoria da dependência – balanços e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2018.